

Economista alerta: podem vir novos planos.

Depois de um ano de rígida priorização da luta contra a inflação, na linha “estabilizar a economia primeiro para crescer depois”, o governo admite que terá de conviver com a elevação de preços por mais algum tempo e constata o que a comunidade econômica sempre soube: a inflação brasileira está atrelada a múltiplas causas estruturais e eliminá-la depende de ações graduais de longo prazo. A opinião é de Joaquim Cirne de Toledo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, para quem essa constatação sempre foi óbvia para a ministra Zélia Cardoso de Mello e equipe, que deixaram de formulá-la por razões políticas.

Entre as “causas estruturais”, Cirne de Toledo cita a a conjugação de baixa produtividade da indústria com margens elevadas de lucro, levando ao achatamento dos salários, e o sistema de negociação salarial por setores. “Como as categorias negociam unidas, os aumentos passam para os preços porque atingem todas as empresas”, explica. “Se a negociação fosse independente em cada uma, ou em pequenos grupos de empresas, a concorrência impediria o repasse porque os aumentos não seriam iguais, nem concedidos ao mesmo tempo.”

Novos planos

Toledo não afasta a hipótese de novos planos de controle de preços dentro de algum tempo. Segundo o economista, os planos Collor I e II foram “planinhos” contra a inflação dentro de um programa maior e mais efetivo — também já sinalizado

pelo governo — que inclui a abertura do comércio exterior, desregulamentação, privatização e política industrial.

Para o economista Yoshiaki Nakano, professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-assessor de Assuntos Econômicos do ministro Bresser Pereira, apesar dessas sinalizações positivas falta ao governo transformar planos e intenções em medidas concretas para um vitória final sobre a inflação. Como Toledo, ele ressalta a necessidade de mudanças no sistema de negociação de salários, e nota que a política de abertura no comércio exterior ainda não deu frutos em termos de modernização e competitividade industrial.

Sideval Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, reforça as críticas e lembra que em vez do governo ter insistido na forte política monetária e fiscal e no controle de preços, seria melhor ter concentrado esforços em programas de privatização, procurado mais cedo um acordo para o pagamento dos juros da dívida externa e implantado programas de modernização da indústria.

“O objetivo do governo mudou: a tônica agora é diminuir a velocidade da recessão e promover alguma atividade econômica. A inflação torna-se agora problema secundário”, acredita o economista Alkimar Moura, professor da FGV-São Paulo e ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central. Também o presidente da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), Léo Wallace Cochrane Jr., entende que o País vive um momento mais tranquilo, com menores pressões inflacionárias.